

PROVA VERDE

MARINHA DO BRASIL
SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

*Concurso Público para ingresso no Quadro Técnico do
Corpo Auxiliar da Marinha
CP-T/2025*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

ARQUEOLOGIA

PROVA VERDE

QUESTÃO 1

De acordo com Guimarães (2012), qual é a ferramenta que contribuirá com os representantes da Autoridade Marítima nas atividades de fiscalização voltadas ao patrimônio cultural subaquático brasileiro?

- (A) Cartas náuticas de cascos soçobrados.
- (B) Retirada de artefatos dos sítios arqueológicos.
- (C) Adjudicação de artefatos em favor de particulares.
- (D) Comissão de peritos arqueológicos subaquáticos.
- (E) Atlas dos naufrágios de interesse histórico da costa do Brasil.

QUESTÃO 2

De acordo com a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático de 2001, qual deve ser a opção prioritária antes de ser autorizada ou iniciada qualquer intervenção sobre o patrimônio cultural subaquático?

- (A) Desalinização dos artefatos.
- (B) Remoção de concreções.
- (C) Preservação *in situ*.
- (D) Divulgação científica.
- (E) Exploração comercial.

QUESTÃO 3

De acordo com as Normas da Autoridade Marítima para assistência e salvamento, pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens (NORMAM-221/DPC-2023), o que deve ser feito por aquele que encontrar, de maneira fortuita, coisas ou bens em águas de jurisdição da União?

- (A) Alterar a situação das coisas ou bens encontrados, se necessário, para fins de estudo científicos.
- (B) Comunicar imediatamente o achado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entregando as coisas ou bens à delegacia marítima, permanecendo com a guarda ou posse até deliberação da autoridade federal de cultura.
- (C) Colocar os bens encontrados em segurança e, posteriormente, registrar a descoberta, sem necessidade de comunicar à autoridade competente.
- (D) Não alterar a situação das coisas ou bens, salvo se necessário para colocá-los em segurança, e comunicar imediatamente o achado à autoridade competente, entregando as coisas ou bens à custódia desta autoridade.
- (E) Manter os bens ou coisas encontrados em sua posse, sem a necessidade de comunicá-los à autoridade competente, até que se determine o seu valor cultural.

QUESTÃO 4

De acordo com More (2013), qual é o espaço de extensão de direito de fiscalização em uma faixa de transição entre o mar territorial e a zona econômica exclusiva, situada entre a 12ª e a 24ª milha marítima a partir da linha de base que serve para medir o mar territorial?

- (A) Zona contígua.
- (B) Mar adjacente.
- (C) Mar Atlântico.
- (D) Zona marítima soberana.
- (E) Mar territorial.

QUESTÃO 5

Para Machado (2015), o termo Plataforma Continental apresenta dois conceitos, um jurídico e um geológico. Cabe destacar que essa dicotomia gera questionamentos e confusões, tanto para os juristas quanto para os geólogos. Nesse contexto, assinale a opção correta quanto ao principal motivo do desenvolvimento do conceito jurídico de Plataforma Continental.

- (A) Como conceito jurídico, a plataforma continental existe há 163 anos. Seu desenvolvimento do Direito das Gentes guarda estreita relação temporal com as antigas navegações e com as discussões sobre a exploração marinha.
- (B) O conceito jurídico de plataforma continental é recente, surgido no século XX, busca distribuir zonas de exploração entre os Estados Nação. Tal ordenamento jurídico está disposto na Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar.
- (C) Como conceito jurídico, a plataforma continental não é consenso na comunidade internacional, apesar de ter sido desenvolvido em decorrência de interesses exploratórios específicos das riquezas presentes na plataforma continental.
- (D) Como conceito jurídico, a plataforma continental tem existência relativamente recente no Direito Internacional. Seu desenvolvimento no Direito das Gentes guarda estreita relação temporal com o aparecimento de um interesse específico pelas riquezas nela potencialmente presentes.
- (E) O conceito jurídico de plataforma continental não é regulamentado, sendo usado apenas de maneira didática, porém sem valor legal.

QUESTÃO 6

De acordo com as Normas da Autoridade Marítima para assistência e salvamento, pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens (NORMAM-221/DPC-2023), a atividade realizada em Águas Jurisdicionais Brasileiras para localizar bens afundados ou soçobrados e avaliar a viabilidade de sua exploração econômica é definida como:

- (A) remoção.
- (B) resgate.
- (C) exploração.
- (D) pesquisa.
- (E) demolição.

QUESTÃO 7

Duran e Rambelli (2019) basearam-se na proposta de uma arqueologia do lixo marítimo a partir da perspectiva da paisagem submarina. O trabalho apresentado pelos autores trouxe o ineditismo de uma abordagem específica aplicada do contexto brasileiro. De acordo com o exposto, assinale a opção que explica corretamente o proposto pelos autores.

- (A) Exploram a discussão de uma arqueologia naval da contemporaneidade, dando ênfase nos naufrágios recentes, bem como propõem a necessidade quase que obrigatória do estudo etnológico associado à pesquisa arqueológica.
- (B) Exploram a discussão de uma arqueologia marítima de contextos contemporâneos ou do passado recente na arqueologia brasileira, bem como apresentam uma interpretação dos diferentes processos culturais operados nesse espaço marítimo.
- (C) Exploram a ideia de que a arqueologia naval é o principal ramo da Arqueologia de ambientes aquáticos e defendem essa posição por meio da análise dos descartes encontrados nos chamados sítios depositários.
- (D) Exploram a ideia de que a Arqueologia subaquática está restrita aos sítios de naufrágio e defendem essa posição explorando a ideia de que demais objetos, que não estejam associados a um sítio de naufrágio, devem ser trabalhados como materiais comuns.
- (E) Exploram conceitos como maritimidade e mar territorial na tentativa de estabelecer o conceito de arqueologia molhada, termo que, segundo os autores, mitigaria os problemas observados com as variadas terminologias empregadas na área.

QUESTÃO 8

De acordo com as Normas da Autoridade Marítima para assistência e salvamento, pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens (NORMAM-221/DPC-2023), em relação à propriedade de bens afundados, submersos, encalhados ou perdidos em águas sob jurisdição nacional, em qual situação o bem passa a ser propriedade da União?

- (A) Após decorridos cinco anos do afundamento ou encalhe.
- (B) Após decorridos vinte anos do sinistro.
- (C) Imediatamente após o afundamento ou encalhe.
- (D) Até que cessem as buscas pelos proprietários originais.
- (E) Quando a Autoridade Naval tomar posse do bem.

QUESTÃO 9

Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, em relação às Normas da Autoridade Marítima para assistência e salvamento, pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens (NORMAM-221/DPC-2023) e assinale a opção correta.

- () As coisas ou bens localizados de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico, cujo resgate tenha sido autorizado, são alienáveis, não sendo objeto de apropriação, no entanto podem ser doados ou adjudicados ao detentor da autorização de exploração.
- () A promoção de excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União é livre, devendo a empresa que promove a excursão comunicar a Capitania (CP)/Delegacia (DL)/Agência (AG), com antecedência mínima de dez dias úteis, o período e o local onde ocorrerá a excursão.
- () O memorial descritivo da faina para a obtenção da autorização de pesquisa que envolva atividades de mergulho deverá ser assinado por mergulhador profissional devidamente habilitado.
- () A Comissão de Peritos será designada por Portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e será composta por três representantes da MB indicados pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) e três membros indicados pelo Ministério do Governo Federal responsável pela Cultura, com conhecimento nas áreas de arqueologia subaquática e mergulho científico.
- () As pessoas físicas ou jurídicas interessadas na pesquisa, remoção, demolição ou exploração de bens submersos ou encalhados ou em excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União deverão ser previamente cadastradas na CP, DL ou AG com jurisdição na área onde executarão a atividade.

- (A) (F) (V) (F) (F) (V)
- (B) (V) (F) (V) (V) (F)
- (C) (F) (V) (V) (F) (V)
- (D) (V) (F) (F) (V) (F)
- (E) (V) (V) (F) (F) (F)

QUESTÃO 10

De acordo com a Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental, os empreendimentos caracterizados como de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo, grandes áreas de intervenção, com limitada ou inexistente flexibilidade para alterações de localização e traçado, são classificados como empreendimentos de nível:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

QUESTÃO 11

De acordo com as Normas da Autoridade Marítima para assistência e salvamento, pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens (NORMAM-221/DPC-2023), a quem cabe autorizar a exploração, total ou parcial, de bens ou coisas afundadas, submersas, encalhadas ou perdidas em águas sob jurisdição nacional, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e que tenham passado para o domínio da União?

- (A) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- (B) Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).
- (C) Comandante de Operações Navais (CON).
- (D) Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA).
- (E) Diretor de Portos e Costas (DPC).

QUESTÃO 12

De acordo com Bittencourt *et. al* (2018), qual termo define os espaços que incluem as águas interiores e os espaços marítimos onde o Brasil exerce jurisdição, em diversos graus, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais, vivos e não vivos, encontrados na coluna d'água, no leito ou no subsolo marinho, com fins de controle e fiscalização, em conformidade com a legislação internacional e nacional?

- (A) Águas Áreas Internacionais.
- (B) Águas Jurisdicionais Brasileiras.
- (C) Águas Continentais Polares.
- (D) Águas da Plataforma Intercontinental.
- (E) Águas Glaciares Brasileiras.

QUESTÃO 13

De acordo com Menezes (2015), ao celebrar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os Estados tinham como um de seus objetivos principais:

- (A) promover a ocupação militar dos mares.
- (B) estabelecer o domínio exclusivo sobre as áreas costeiras.
- (C) subordinar a exploração marítima às grandes potências internacionais.
- (D) estimular a exploração irrestrita dos recursos marítimos.
- (E) usar os mares pacificamente como espaço de conexão entre povos e Estados.

QUESTÃO 14

De acordo com a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático de 2001, assinale a opção que melhor descreve o que é considerado patrimônio cultural subaquático e o que não se enquadra nesse conceito.

- (A) O patrimônio cultural subaquático inclui apenas navios e aeronaves submersos há mais de 100 anos, além de seus conteúdos, como cargas e artefatos, mas não inclui restos humanos ou artefatos de caráter pré-histórico.
- (B) São considerados patrimônio cultural subaquático os vestígios da existência humana com caráter cultural, histórico ou arqueológico que estejam submersos há pelo menos 100 anos, incluindo sítios, estruturas, artefatos e restos humanos, além de navios, aeronaves e artefatos de caráter pré-histórico. No entanto, oleodutos, cabos e instalações ainda em uso não são considerados patrimônio cultural subaquático.
- (C) A Convenção considera como patrimônio cultural subaquático todos os vestígios de caráter cultural ou histórico que se encontrem submersos por mais de 50 anos. No entanto, oleodutos, cabos e instalações portuárias, independentemente de estarem em uso, podem ser enquadradas nesse conceito.
- (D) Apenas os artefatos de caráter histórico, como peças de museu, são considerados patrimônio cultural subaquático, independentemente do tempo em que estejam submersos. Restos de embarcações naufragadas, independente do tempo que tenham ficado submersos não se enquadram nesse conceito.
- (E) O patrimônio cultural subaquático abrange todos os vestígios submersos de qualquer natureza, incluindo oleodutos e cabos, desde que tenham mais de 10 anos de submersão. Não se enquadra nesse conceito os naufrágios ocasionados propositalmente.

QUESTÃO 15

De acordo com as Normas da Autoridade Marítima para assistência e salvamento, pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens (NORMAM-221/DPC-2023), a autorização emitida pela Autoridade Naval para a pesquisa de coisas ou bens soçobrados pertencentes à União será automaticamente cancelada sempre que:

- (A) tenham sido retiradas peças ou alterado o local durante as pesquisas.
- (B) a Comissão de Peritos identificar coisas ou bens de valor histórico e arqueológico.
- (C) não houver mergulhador científico credenciado para a atividade.
- (D) o pedido de pesquisa for realizado por pessoa física ou jurídica estrangeira.
- (E) houver mais de um interessado na realização da pesquisa.

QUESTÃO 16

Para a Arqueologia Subaquática, a classificação dos fatores causadores de naufrágios é essencial para a compreensão e análise desses eventos. Conforme Souza (2010), assinale a opção que apresenta esses fatores.

- (A) Bélico, cartográfico, estrutural, natural, climático, humano, logístico e ambiental, podendo atuar isoladamente ou em conjunto.
- (B) Natural, ambiental, fortuito, logístico, climático, humano, faling e tafonômico, que causam naufrágios de forma independente.
- (C) Bélico, cartográfico, estrutural, fortuito, hidro-meteorológico, humano, logístico e patológico, que podem ocorrer isoladamente ou em conjunto.
- (D) Cartográfico, estrutural, ambiental, fortuito, humano, histórico, climático e tafonômico, cada um atuando de forma independente.
- (E) Hidrográfico, ambiental, estrutural, natural, bélico, fortuito, logístico e arqueológico, podendo se somar para causar naufrágios.

QUESTÃO 17

De acordo com Guimarães (2015), *In Scatamacchia* (2015), a pesquisa arqueológica realizada em sítios de naufrágios tem como um dos objetivos produzir conhecimentos que contribuam para a história da navegação. O autor destaca que os vestígios encontrados em seu contexto deposicional são as principais fontes de pesquisa para o arqueólogo. Com base no exposto, assinale a opção que NÃO está relacionada ao estado de preservação dos vestígios encontrados em sítios de naufrágios.

- (A) Agentes biológicos.
- (B) Salinidade da água.
- (C) Tipo de sedimento do fundo marinho.
- (D) Profundidade do sítio de naufrágio.
- (E) Animais marinhos.

QUESTÃO 18

De acordo com a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático de 2001, sempre que ocorrer uma descoberta de patrimônio cultural subaquático na zona econômica exclusiva ou na plataforma continental de um Estado Parte, esse Estado deverá:

- (A) consultar todos os outros Estados Partes que tenham declarado interesse legítimo sobre a melhor forma de proteger o patrimônio cultural subaquático.
- (B) implementar as medidas de proteção ao patrimônio cultural subaquático, sem necessidade de consultar os outros Estados Partes que tenham vínculos de natureza cultural, histórica ou arqueológica com a descoberta.
- (C) emitir as autorizações necessárias para a exploração do bem somente após consultar os outros Estados Partes que tenham declarado interesse legítimo, a fim de evitar qualquer perigo imediato, como a pilhagem.
- (D) no exercício de sua soberania, regulamentar e autorizar quaisquer intervenções sobre navios ou aeronaves do Estado, inclusive sem acordo do Estado de pavilhão, na zona econômica exclusiva ou na plataforma continental.
- (E) exigir que o nacional ou comandante do navio declare imediatamente a descoberta ou intervenção, mantendo-a sob sigilo e sem comunicar os outros Estados Partes que declararam interesse legítimo sobre a descoberta.

QUESTÃO 19

No campo da Arqueologia, as investigações voltadas para as culturas marítimas são relativamente recentes no Brasil em comparação com outras ciências sociais. Conforme elucida Duran (2017), a primeira pesquisa com um enfoque arqueológico em um sítio submerso no país ocorreu:

- (A) na década de 1960, em colaboração com arqueólogos internacionais, explorando restos de embarcações da época colonial.
- (B) nos anos de 1980, quando arqueólogos brasileiros começaram a estudar embarcações de origem indígena submersas.
- (C) entre os anos de 1977 e 1978, sob a orientação do arqueólogo Ulysses Pernambucano, investigando o Galeão *Sacramento*, afundado em 1668 em Salvador.
- (D) na década de 1990, com o início de colaborações entre universidades brasileiras e estrangeiras, estudando naufrágios modernos.
- (E) no final dos anos 1970, com pesquisas arqueológicas no Rio de Janeiro focadas em embarcações de pequeno porte submersas em baías.

QUESTÃO 20

De acordo com Duran (2017), ainda há uma necessidade significativa de desenvolver uma base de dados abrangente sobre embarcações tradicionais no Brasil. O avanço mais significativo alcançado até o momento está relacionado:

- (A) à criação de bases de dados privadas focadas na documentação arqueológica de embarcações submersas.
- (B) à inclusão de embarcações modernas no patrimônio cultural, permitindo sua preservação legal.
- (C) ao desenvolvimento de políticas públicas e projetos não governamentais voltados para identificar e proteger os tipos tradicionais de embarcações ainda em uso nas vias aquáticas do país.
- (D) à elaboração de normas que definem os usos sociais e simbólicos das embarcações comerciais.
- (E) ao estudo das tralhas náuticas e dos costumes sociais das embarcações militares e comerciais no Brasil.

QUESTÃO 21

Segundo Ferreira e Souza (2017), no que diz respeito à Arqueologia Subaquática no Brasil, as pesquisas ainda se concentram majoritariamente em naufrágios, embora tenha havido avanços. Assim, assinale a opção que apresenta uma necessidade urgente apontada para o desenvolvimento da área.

- (A) Expandir a pesquisa para incluir mais sítios submersos além dos naufrágios, já que são pouco estudados no cenário nacional.
- (B) Sistematizar o acesso e a busca por informações sobre arqueologia subaquática, ampliando a divulgação do conhecimento e facilitando o acesso a dados de pesquisa.
- (C) Priorizar o estudo das embarcações modernas para atualizar o acervo de conhecimento arqueológico.
- (D) Formar profissionais de arqueologia subaquática com foco exclusivo na exploração de novos sítios de naufrágio.
- (E) Estabelecer normas para que todos os artefatos retirados de meio aquático sejam preservados em museus, garantindo sua integridade física.

QUESTÃO 22

A soberania do Estado costeiro se estende além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de um Estado arquipélago, das suas águas arquipelágicas, a uma área de mar adjacente designada como:

- (A) zona contígua.
- (B) zona econômica exclusiva.
- (C) mar Atlântico.
- (D) plataforma continental.
- (E) mar territorial.

QUESTÃO 23

Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), os Estados têm o dever de proteger os objetos de caráter arqueológico e histórico encontrados no mar e devem cooperar para esse fim. A remoção de tais objetos sem a autorização do Estado costeiro constitui uma infração no seu mar territorial. De acordo com a Convenção, todo Estado tem o direito de estabelecer a largura de seu mar territorial até um limite que não ultrapasse:

- (A) cinco milhas marítimas.
- (B) oito milhas marítimas.
- (C) dez milhas marítimas.
- (D) doze milhas marítimas.
- (E) vinte e quatro milhas marítimas.

QUESTÃO 24

Conforme a Lei nº 7.542/1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166/2000, as coisas e os bens resgatados que tenham valor artístico, histórico ou arqueológico permanecerão no domínio da União, devendo ser elaborado, previamente à remoção, um contrato ou ato de autorização. Assim, a quem compete assinar esse contrato ou ato de autorização?

- (A) Diretor de Portos e Costas e Centro Nacional de Arqueologia.
- (B) Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.
- (C) Ministro da Defesa, Concessionário e Presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).
- (D) Autoridade Naval, Concessionário e Representante do Ministério da Cultura.
- (E) Procurador da República, Concessionário e Representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

QUESTÃO 25

Carabias (2000) *apud* Borrero (2022) propõe uma metodologia que visa integrar e confrontar dados específicos para o melhor desenvolvimento das pesquisas referentes à construção artesanal de embarcações. Assim, quais os tipos de dados a que o autor se refere?

- (A) Arqueológicos, etnográficos e ambientais.
- (B) Arqueológicos, antropológicos e marítimos.
- (C) Históricos, antropológicos e linguísticos.
- (D) Econômicos, ambientais e históricos.
- (E) Arqueológicos, etno-históricos e etnográficos.

QUESTÃO 26

De acordo com Menezes (2015), a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar busca garantir uma ordem econômica internacional justa e equitativa, possibilitando que:

- (A) apenas Estados costeiros explorem os recursos marítimos.
- (B) o domínio dos mares seja transferido para organismos internacionais.
- (C) a exploração dos recursos marítimos seja restrita aos países desenvolvidos.
- (D) todos os Estados realizem livremente manobras militares no mar.
- (E) Estados sem litoral tenham acesso aos benefícios econômicos do mar.

QUESTÃO 27

Souza (2010) faz um extenso levantamento bibliográfico na tentativa de compreender e elencar os chamados fatores causadores de naufrágios. Sobre a bibliografia consultada, o autor afirma que:

- (A) há uma classificação detalhada e completa desses fatores.
- (B) a bibliografia faz distinção entre os fatores causadores de naufrágios que ocorrem nos mares e oceanos, daqueles ocorridos em águas interiores.
- (C) existem definições consistentes que atendem às necessidades da Arqueologia Subaquática.
- (D) a bibliografia disponível aborda apenas fragmentos dos fatores causadores.
- (E) a bibliografia disponível é suficiente para normatizar todos os aspectos dos naufrágios.

QUESTÃO 28

Com base na Lei nº 7.542/1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166/2000, que dispõe sobre pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, com relação à autorização de pesquisa, assinale a opção correta.

- (A) A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.
- (B) A autorização de pesquisa dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, permitindo coletas de pequenas amostras para análises laboratoriais.
- (C) A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de remover qualquer parte, mas permite a manipulação dos materiais desde que estes sejam devolvidos ao local em que foram retirados.
- (D) A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da pesquisa e determinará quais materiais poderão ser coletados para análise laboratorial, haja vista a sensibilidade dos materiais.
- (E) A autorização de pesquisa dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, suas condições, ou de remover qualquer parte, desde que o seu projeto tenha sido aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com autorização do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) publicada em Diário Oficial da União.

QUESTÃO 29

De acordo com Souza, (2010), a normatização e a definição dos fatores causadores de naufrágios são importantes, pois:

- (A) ajudam a diferenciar navios de madeira e de ferro.
- (B) facilitam a interpretação dos dados e a determinação da(s) causa(s) de um naufrágio.
- (C) permitem que os arqueólogos subaquáticos identifiquem rapidamente a origem dos destroços.
- (D) asseguram que todos os materiais submersos sejam retirados adequadamente.
- (E) garantem que os destroços dos navios sejam preservados por mais tempo.

QUESTÃO 30

Alguns métodos de prospecção com emprego de tecnologias sofisticadas são exemplificados por Rambelli (2022). Tendo como base o autor supracitado, assinale a opção que apresenta uma das formas de detecção do Sonar de Varredura Lateral.

- (A) Detecta as variações do campo magnético terrestre, provocadas pela presença de materiais ferrosos como canhões, projéteis de ferro ou cascos de aço.
- (B) Detecta as variações do relevo do fundo do mar. O equipamento é rebocado por um barco, que ao emitir feixes de ondas acústicas perpendiculares a sua trajetória vão sendo registrados num gráfico contínuo as cristas de pedras, os bancos de areia, os restos de naufrágios e projeções diversas.
- (C) Por ser um transmissor acústico de baixa frequência, envia até o subsolo marinho impulsos sonoros que são refletidos pelas camadas subjacentes ou por objetos enterrados que ao serem registrados num gráfico identifica concentrações magnéticas características dos naufrágios de embarcações de madeiras.
- (D) Detecta por meio de quatro sensores variações na densidade do solo/subsolo, por meio do lançamento e recepção de impulsos eletromagnéticos, que apresentam as anomalias encontradas na transposição das ondas no solo. Esse método alimenta um banco de dados gerados por testes anteriores, em que os materiais mais comuns encontrados em embarcações, como ligas metálicas, madeiras variadas, são testados e seus resultados usados como calibradores.
- (E) Detecta variações no relevo e na densidade do fundo do mar. A detecção se dá por meio de um equipamento rebocado ou operado remotamente que emite ondas sonoras de baixa e alta frequência que são refletidas e captadas pelos seus sensores. Esse equipamento é o mais usado nas prospecções arqueológicas subaquáticas, pois capta variações na densidade do solo, no relevo, além de identificar diversos materiais, como madeiras, ligas metálicas, entre outros. As projeções encontradas vão sendo registradas em um gráfico não contínuo.

QUESTÃO 31

Borrero *et al.* (2022) entendem que os barcos são artefatos especiais, companheiros confiáveis do trabalho de uma vida e, em algumas culturas, têm nomes e são protegidos dos perigos mágicos, bem como são construídos com cuidado especial e seguem tradições construtivas, que na grande maioria dos casos são passadas de construtor para construtor ao longo das gerações. Os autores enxergam que a construção artesanal de barcos está ameaçada e tende a ser extinta. Assim, assinale a opção que apresenta as principais causas de extinção da construção artesanal de embarcações apresentadas pelos autores.

- (A) Falta de interesse dos mais jovens quanto às tradições e advento de equipamentos e técnicas modernas de construção.
- (B) Modernização nas linhas de produção e variação cultural, haja vista a cultura não ser estática e variar com o tempo.
- (C) Proliferação e preços acessíveis de barcos de fibra de vidro, o maior uso de materiais sintéticos e a evolução das ferramentas.
- (D) O abandono do fazer tradicional por conta dos antigos construtores, que atualmente migram para outras áreas, por exemplo agricultura artesanal.
- (E) Os saberes tradicionais estarem ficando de lado devido à expansão da cultura digital e dos meios de produção em massa, que barateiam os custos de produção, inviabilizando o fazer tradicional.

QUESTÃO 32

David Clarke (1979) *apud* Trigger (2011) afirmou que a arqueologia continuaria a ser "uma forma de arte irresponsável", a menos que fosse sistematizado um corpo teórico capaz de relacionar os vestígios arqueológicos ao comportamento humano. Conforme cita Trigger (2011), Clarke (1979) definiu cinco blocos teóricos que os arqueólogos empregam intuitivamente em seus saltos interpretativos desde os dados obtidos na escavação até o relatório final. Tendo como base o supracitado, correlacione os blocos teóricos definidos por Clarke aos seus respectivos conceitos e assinale a opção correta.

BLOCOS TEÓRICOS:

- I- Teoria da pré-deposição e da deposição
- II- Teoria do resgate
- III- Teoria analítica
- IV- Teoria da pós-deposição
- V- Teoria interpretativa

CONCEITOS:

- () Trata da relação entre o que resiste no registro arqueológico e o que é recuperado; em grande medida, é a teoria da amostragem, dos procedimentos de escavação e das estratégias flexíveis de resposta.
- () Trata das relações entre padrões arqueológicos estabelecidos por análise e padrões comportamentais e ambientais remotos, que não podem ser observados.
- () Trata de processos naturais e humanos que afetam o registro arqueológico, como a erosão, a decomposição, os deslizamentos de terra, a pilhagem, a agricultura e a reutilização da terra.
- () Compreende as relações que ligam entre si as atividades humanas, os padrões sociais e os fatores ambientais, e que os conectam com as amostras e os traços depositados no registro arqueológico.
- () Lida com o tratamento operacional de dados recuperados, incluindo classificação, construção de modelos, teste de modelos e estudos experimentais.

- (A) (III) (II) (V) (IV) (I)
- (B) (I) (III) (IV) (V) (II)
- (C) (II) (V) (IV) (I) (III)
- (D) (II) (V) (I) (IV) (III)
- (E) (I) (IV) (V) (III) (II)

QUESTÃO 33

De acordo com Ferreira e Souza (2017), existem diferenças importantes entre Arqueologia Náutica e Arqueologia Naval. Assinale a opção que apresenta corretamente essa distinção e as novas abordagens na arqueologia aquática brasileira.

- (A) A Arqueologia Náutica se dedica exclusivamente ao estudo das rotas marítimas, enquanto a Arqueologia Naval foca na construção de navios e embarcações.
- (B) A Arqueologia Náutica estuda a construção e o uso de navios, enquanto a Arqueologia Naval é mais ampla, envolvendo também as estruturas e técnicas de apoio à navegação e o estudo das rotas marítimas.
- (C) A Arqueologia Naval abrange apenas embarcações antigas, enquanto a Arqueologia Náutica se aplica a embarcações contemporâneas e tradicionais.
- (D) A Arqueologia Naval inclui apenas o estudo de sítios submersos, enquanto a Arqueologia Náutica limita-se ao estudo de navios abandonados em ambientes terrestres.
- (E) A Arqueologia Náutica se restringe ao estudo de naufrágios, enquanto a Arqueologia Naval engloba apenas estruturas associadas à marinha de guerra.

QUESTÃO 34

Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, em relação à Lei nº 7.542/1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166/2000, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências, e assinale a opção correta.

- () A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º da Lei nº 7.542/1986, já incorporados ao domínio da União.
- () A autorização de pesquisa dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.
- () O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações e, em especial, de seus resultados e achados.
- () Os destroços de navios de casco de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII serão como automaticamente incorporados ao domínio da União.
- () As coisas e bens resgatados serão avaliados por uma comissão de peritos, convocada pela Autoridade Naval e ouvido o Ministério da Cultura, que decidirá se eles são de valor artístico, de interesse cultural ou arqueológico.

- (A) (V) (F) (V) (V) (V)
- (B) (V) (F) (V) (F) (F)
- (C) (F) (F) (V) (V) (V)
- (D) (F) (V) (V) (F) (V)
- (E) (F) (V) (F) (V) (F)

QUESTÃO 35

Machado (2015) observa que o interesse científico sobre a plataforma continental vigora desde o final do século XIX. Cabe destacar que esse interesse até então estava diretamente ligado ao aproveitamento de recursos pesqueiros, excluindo o fundo marinho e demais feições. Sendo assim, assinale a opção que apresenta o início da mudança de pensamento e a inclusão dos fundos marinhos e demais feições como pontos de interesse das Nações.

- (A) A inclusão do tema demorou a ser introduzido nas discussões das Nações Unidas, sendo um dos fatores para o atraso do desenvolvimento do conceito jurídico de plataforma continental.
- (B) O primeiro país a discutir o uso e o direito exploratório dos fundos marinhos foi os Estados Unidos com o Tratado de Pária, em 1925.
- (C) O interesse dos Estados pelo fundo marinho e adjacentes surgiu no final do Século XX com o tratado firmado em 1896 entre Reino Unido e Venezuela, que buscava dividir entre si as áreas submarinas ricas em petróleo do Golfo de Pária.
- (D) Ao término da Segunda Guerra Mundial, com uma proclamação da Presidência dos Estados Unidos - que veio a ser conhecida como a "Proclamação Truman" de 28 de setembro de 1945.
- (E) São levados em consideração os critérios físicos e culturais para determinar o direito exploratório da plataforma continental, que em caso de conflito de interesses deve ser levado a cabo pelo Tribunal de Haya.

QUESTÃO 36

De acordo com Bittencourt (2012), a Marinha do Brasil desenvolve um projeto de longa duração que visa organizar as informações oriundas dos naufrágios ocorridos de até 1950. Foi denominado de projeto Atlas dos Naufrágios de Interesse Histórico da Costa Brasileira e foi dividido em três fases. Assinale a alternativa que define a terceira fase do projeto.

- (A) É desenvolvida no Centro de Hidrografia da Marinha, onde os dados modelados são armazenados em um Banco de Dados específico, permitindo o gerenciamento e a validação dos dados.
- (B) É desenvolvida na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha em que os naufrágios já identificados são classificados de acordo com o tipo de sinistro identificado.
- (C) É a fase de validação dos dados levantados em fontes secundárias, por meio de buscas *in loco* ou em documentos como anuários do Tribunal Marítimo, que apresentam as causas e localização real dos sinistros. Os dados são validados pelo Centro de Hidrografia da Marinha que realiza varreduras para confirmação dos naufrágios.
- (D) É o envio dos dados prontificados, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, ao Estado-Maior da Armada. Nesta fase, este Órgão de Direção Geral procede com a análise das informações e as transmite aos demais representantes da Autoridade Marítima responsáveis pelo planejamento e pela execução de fiscalizações.
- (E) É a fase de consolidação dos dados e disponibilização na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE. Nesta fase os dados encontram-se abertos à sociedade para que possam indicar possíveis correções a serem efetuadas para que os representantes da Autoridade Marítima planejem a execução de fiscalizações nos locais corretos.

QUESTÃO 37

Segundo Rambelli (2016), a Arqueologia Subaquática, voltada para a produção de conhecimento e divulgação do patrimônio cultural subaquático, teve início por volta de 1960, quando alguns arqueólogos aprenderam a mergulhar com o objetivo de expandir suas pesquisas ao ambiente aquático. Nesse contexto, qual arqueólogo é apontado pelo autor como exemplo clássico desse processo de conquista arqueológica, ao aprender a mergulhar para liderar uma pesquisa subaquática sobre os restos de uma embarcação naufragada?

- (A) Keith Muckelroy.
- (B) Bruce Trigger.
- (C) Ulysses Pernambucano de Mello Neto.
- (D) George F. Bass.
- (E) Max Justo Guedes.

QUESTÃO 38

Guimarães (2012), no artigo Patrimônio Cultural Subaquático na Amazônia Azul, apresenta uma extensa discussão sobre as origens da Arqueologia Subaquática, bem como explora questões relacionadas à proteção e à conservação dos sítios arqueológicos submersos. Seguindo o raciocínio do autor, assinale a opção correta quanto aos sítios que mais sofrem ações criminosas dos chamados caçadores de tesouros e *souvenires*.

- (A) Sítios Depositários.
- (B) Sítios de Naufrágios.
- (C) Sítios Rituais.
- (D) Sítios de Abandono.
- (E) Sítios Contemporâneos.

QUESTÃO 39

De acordo com Souza (2010) a análise de um naufrágio pode ser dificultada por alguns fatores. Assim, assinale a opção que apresenta uma das possibilidades apresentadas pelo autor.

- (A) As partes enterradas dos navios desaparecem rapidamente, impossibilitando a aquisição de dados.
- (B) A água impede a identificação precisa do local do naufrágio, haja vista que as posições não são exatas.
- (C) Muitos navios não deixam rastros materiais para serem analisados.
- (D) Os destroços costumam ser encontrados apenas em águas profundas, haja vista a depredação das áreas de menor profundidade.
- (E) Vestígios do navio estão frequentemente cobertos por *fauling*, uma camada de resíduos biológicos.

QUESTÃO 40

De acordo com Menezes (2015), a distribuição equilibrada dos recursos marítimos, conforme estabelecido pela Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, visa beneficiar especialmente:

- (A) os Estados que possuem grandes frotas pesqueiras.
- (B) os países desenvolvidos com capacidade tecnológica para exploração do mar.
- (C) os Estados que investem na proteção ambiental das regiões costeiras.
- (D) os países em desenvolvimento, sem litoral ou dependentes de recursos do mar.
- (E) os países com elevado controle sobre suas águas territoriais.

QUESTÃO 41

Conforme Scatamacchia (2015), a coleta de artefatos pertencentes a antigas civilizações é uma prática que remonta à antiguidade e foi realizada em diversas partes do mundo. Os naufrágios, enquanto sítios arqueológicos submersos, também atraíram atenção devido às suas cargas preciosas. A busca por objetos com valor estético ou exótico ocorreu em muitos contextos, incluindo os ambientes aquáticos, e impactou significativamente o registro arqueológico. De acordo com a autora, qual fator justificaria a intervenção em um sítio arqueológico?

- (A) Exibição de artefatos em museus.
- (B) Produção de conhecimento.
- (C) Resgate de tesouros.
- (D) Exploração de petróleo.
- (E) Coleta de artefatos.

QUESTÃO 42

A obra de Rambelli (2022) foi precursora no Brasil e apresentou apanhado geral de técnicas, métodos e procedimentos que devem ser adotados pelos arqueólogos de ambientes aquáticos, dentre essas técnicas e esses procedimentos, está a prospecção. Tendo como base a obra supracitada, em relação aos materiais encontrados durante o processo prospectivo, é correto afirmar que:

- (A) assim que encontrados os materiais são catalogados, retirados da água e passam por um processo de secagem mecânica que minimiza os processos degradativos.
- (B) a prioridade da prospecção é o levantamento das informações *in situ*, sem necessidade de se coletar o material visualizado ou pequenas coletas com o máximo rigor científico, pois se trata de um patrimônio cultural único e não renovável.
- (C) o ambiente aquático é instável, o que favorece a degradação dos materiais ao longo do tempo, portanto, assim que encontrados, estes devem ser retirados e submetidos a limpeza mecânica e processos químicos de estabilização.
- (D) os materiais que se encontram fragmentados ou com avarias devem ser catalogados e descartados, devendo-se priorizar objetos íntegros.
- (E) a prospecção em arqueologia subaquática deve ser realizada com o uso de novas tecnologias haja vista que a prospecção realizada por mergulhadores altera as características do sítio

QUESTÃO 43

De acordo com a Portaria nº 375/2018 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que se entende como "Universo de bens tangíveis, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira"?

- (A) Patrimônio Cultural Material.
- (B) Paisagem Cultural.
- (C) Plano de conservação.
- (D) Tombamento.
- (E) Educação Patrimonial.

QUESTÃO 44

Qual é a designação atribuída ao arqueólogo coordenador, no que diz respeito à responsabilidade sobre o material arqueológico recolhido durante as etapas de campo?

- (A) Curador do material.
- (B) Fiel de acervo.
- (C) Fiel depositário.
- (D) Concessionário.
- (E) Permissionário.

QUESTÃO 45

De acordo com Amaral *et. al* (2018), a criação de museus de arqueologia naval *in situ* deve seguir alguns critérios, bem como considerar interações transversais. De acordo com a autora, assinale a opção correta quanto ao que deve ser considerado para a criação desse tipo de museu.

- (A) A interação entre o conhecimento científico e a sociedade, reconhecendo o naufrágio como objeto de estudo e patrimônio cultural.
- (B) Somente o interesse científico, uma vez que naufrágios são principalmente objetos de pesquisa arqueológica.
- (C) A exploração econômica do local, visando atrair turismo e gerar renda, haja vista a necessidade de se desenvolver o sentimento de pertencimento.
- (D) A reconstrução completa do naufrágio, para garantir sua preservação original.
- (E) A exclusão do público, por se tratar de um bem de valor exclusivamente acadêmico.

QUESTÃO 46

Conforme a Instrução Normativa nº 001/2015, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que estabelece procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

- (A) Os processos de licenciamento ambiental que envolvam pesquisas em meio subaquático não necessitam serem avaliados pelo IPHAN.
- (B) Os processos de licenciamento ambiental federal que houverem necessidade de pesquisa em meio subaquático serão recebidos na Sede Nacional do IPHAN.
- (C) O IPHAN somente receberá processos de licenciamento ambiental que envolvam pesquisas em meio subaquático após terem sido apreciados pelo Estado-Maior da Armada.
- (D) Os processos de licenciamento ambiental que houverem necessidade de pesquisa em meio subaquático deverão ser assinados por um mergulhador profissional.
- (E) O IPHAN não receberá processos de licenciamento ambiental federal que envolvam pesquisas em meio subaquático, devendo ser protocolados na Marinha do Brasil.

QUESTÃO 47

Souza (2010) identificou alguns fatores causadores de naufrágios. As características a seguir definem um desses fatores: "difícil de ocorrer na atualidade em face aos avanços tecnológicos e à formação do pessoal, vem a ser o desconhecimento das correntes, das mudanças bruscas dos regimes de ventos, da existência de monções e outros fenômenos [...]". Assim, a que fator causador de naufrágio o autor se refere?

- (A) Hidrometeorológico.
- (B) Natural.
- (C) Cartográfico.
- (D) Estrutural.
- (E) Ambiental.

QUESTÃO 48

De acordo com Amaral *et. al* (2018), uma série de publicações foi desenvolvida na tentativa de mitigar os problemas enfrentados com a depredação do patrimônio cultural subaquático. De acordo com a autora, assinale a opção que apresenta o documento de proteção e conservação do patrimônio cultural que inclui diretrizes para o patrimônio submerso.

- (A) Cartas Patrimoniais, que definem normas e orientações para a proteção do patrimônio arqueológico e submerso.
- (B) Estudos Ambientais, que avaliam o impacto ambiental de áreas com valor arqueológico e definem as medidas protetivas para o patrimônio arqueológico submerso.
- (C) Planos de Urbanização costeiros e uso do subsolo marinho, que orientam o uso do solo em regiões com vestígios arqueológicos.
- (D) Manuais de Conservação, que apresentam métodos técnicos para restaurar artefatos arqueológicos encontrados em sítios submersos.
- (E) Relatórios Históricos, que descrevem eventos e contextos das áreas de interesse arqueológico.

QUESTÃO 49

De acordo com a Lei nº 7.542/1986, quem é responsável por decidir se os bens e coisas resgatados possuem valor artístico, cultural ou arqueológico?

- (A) Membros do Ministério Público da União.
- (B) Comissão de Peritos, convocada pela Autoridade Naval.
- (C) Comissão de Fiscalização, instituída pela Autoridade Federal de Cultura.
- (D) Membros da Comissão Nacional de Cultura.
- (E) Membros das Forças Armadas.

QUESTÃO 50

Com base no art. 17 da Lei nº 7.542/1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências, assinale a opção correta.

- (A) A Autoridade Naval tem a permissão de explorar, pesquisar e remover bens submersos independentemente de eles terem sido incorporados ao domínio da União.
- (B) A Autoridade Naval poderá realizar operações de pesquisa, exploração, remoção e demolição de bens referidos no art. 1º da lei apenas se houver autorização do Ministério da Cultura.
- (C) Somente mediante solicitação do responsável pelo bem, a Autoridade Naval poderá realizar operações de exploração ou remoção, mesmo que o bem já esteja incorporado ao domínio da União.
- (D) A Autoridade Naval somente pode pesquisar ou explorar bens submersos que não estejam relacionados a sinistros marítimos ou fortuna do mar.
- (E) A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá realizar operações de pesquisa, exploração, remoção e demolição de bens referidos no art. 1º da lei, desde que já estejam incorporados ao domínio da União.

PROVA DE REDAÇÃO

INSTRUÇÕES

1. A redação deverá ser uma dissertação argumentativa com ideias coerentes, claras e objetivas, em língua portuguesa e com letra legível. Se utilizada a letra de forma (caixa-alta), as letras maiúsculas deverão receber o devido realce;
2. Deverá ter, no mínimo, 15 (quinze) linhas contínuas, considerando o recuo dos parágrafos, e, no máximo, 30 (trinta) linhas. Não poderá conter qualquer marca identificadora ou assinatura, o que implicará a atribuição de nota zero;
3. Os trechos da redação que contiverem cópias dos textos de apoio ao tema proposto ou dos textos do caderno de prova serão desconsiderados para a correção e para a contagem do número mínimo de linhas;
4. O candidato deverá dar um título à redação; e
5. O rascunho deverá ser feito em local apropriado.

TEXTO 1

A partir da análise de catástrofes, [foram identificados] fatores determinantes para a eficiência da resposta militar a desastres. Destacam-se: a prontificação dos efetivos; a adequação dos recursos utilizados; a interoperabilidade dos meios militares com os esforços de ajuda mais ampla, inclusive a internacional, vindos das diferentes organizações envolvidas no esforço de ajuda; a capacidade de absorção do país que recebe a ajuda para acomodar um grande fluxo de bens e pessoas, e ainda como as instituições desse país gerenciam desastres e coordenam a assistência externa. [Concluiu-se] que as unidades militares, para serem bem-sucedidas nessas operações, precisam ter capacidade de autodireção, serem ágeis, autossuficientes e multiquaisificadas. Assim, estarão prontas para operar em questão de horas, levando os equipamentos que lhes permitam estabelecer uma posição avançada de comando central das operações e atividades subsequentes. Devem ser capazes de se adaptar e de responder ao que lhes for exigido, mesmo distantes da sua cadeia de comando e sede, tomando decisões rápidas, com base em sua avaliação do ambiente.

Fonte: VILELA, Fabiano Ferro. *O Emprego da Marinha do Brasil na ajuda humanitária: capacidades e limitações*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015, p. 22-23, (monografia). (adaptado)

TEXTO 2

A Marinha do Brasil (MB) resgatou, em 2024, 458 pessoas com vida, vítimas de acidentes no mar e em rios. O Serviço de Busca e Salvamento (SAR) da Força foi acionado 270 vezes no ano passado, número inferior se comparado ao ano de 2023, que registrou 295 ocorrências. Um dos motivos para a redução de tragédias são as campanhas de conscientização sobre navegação segura, desenvolvidas pelas Capitânicas, Delegacias e Agências da Marinha no País, de acordo com o Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (COMPAAz). Situações de "Homem ao mar" foi o pedido de socorro mais solicitado, com 73 casos. Já os naufrágios foram responsáveis por 67 atendimentos. Embarcações à deriva correspondem a 47 pedidos de ajuda. Outro dado relevante refere-se à evacuação médica, com 44 assistências.

Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/seguranca-da-navegacao/militares-da-marinha-salvam-mais-de-450-vidas-em-2024>. Acesso em: 09 de abril de 2025.

TEXTO 3

Em um ano [2024] marcado por desafios climáticos extremos, a Marinha do Brasil atuou de forma decisiva para mitigar os impactos das tragédias ambientais. No Rio Grande do Sul, após as enchentes históricas que assolaram o estado, a Força Naval mobilizou mais de 2 mil militares, nove navios, 11 helicópteros, 73 embarcações e 215 viaturas para oferecer suporte às vítimas. Além de transportar mais de 115 toneladas de doações, foi montado um hospital de campanha, proporcionando atendimento médico em áreas críticas. No Pantanal, os focos de incêndio atingiram números alarmantes, com mais de 14,6 mil registros entre janeiro e novembro. A Marinha participou ativamente do combate às chamas, utilizando helicópteros, navios e embarcações, além de prestar assistência médica às famílias ribeirinhas afetadas pela fumaça. Na Terra Indígena Yanomami, os militares integraram a Operação Catrimani II, combatendo o garimpo ilegal e prestando assistência humanitária às comunidades locais. Foram inutilizados mais de 300 acampamentos e 45 pistas clandestinas, apreendidas 221 dragas e quase mil motores, além de mais de 17 quilos de ouro extraídos ilegalmente.

Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/de-defesa-a-ajuda-humanitaria-principais-acoes-da-marinha-em-2024/>. Acesso em: 09 de abril de 2025. (adaptado)

PROPOSTA DE REDAÇÃO - A partir da leitura dos textos de apoio e de suas reflexões, redija uma dissertação argumentativa a respeito do tema **"Os impactos sociais das ações de ajuda humanitária da Marinha do Brasil em desastres naturais ocorridos em território nacional"**. Dê um título ao seu texto.

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

TÍTULO:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES GERAIS AO CANDIDATO

- 1 - Verifique se a prova recebida e a folha de respostas são da mesma cor (consta no rodapé de cada folha a cor correspondente) e se não faltam questões ou páginas: o caderno é composto por uma prova escrita objetiva com 50 questões de múltipla escolha e uma prova de Redação.
- 2 - O tempo para a realização da prova será de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo necessário à Redação e à marcação das respostas na folha de respostas, e não será prorrogado;
- 3 - Só inicie a prova após ser autorizado pelo Fiscal, interrompendo sua execução quando determinado;
- 4 - Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:
 - atendimento médico por pessoal designado pela Marinha do Brasil;
 - fazer uso de banheiro; e
 - casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.
 Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova; em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 5 - Confira nas folhas de questões as respostas que você assinalou como corretas antes de marcá-las na folha de respostas. Cuidado para não marcar duas opções para uma mesma questão na folha de respostas (a questão será perdida);
- 6 - Para rascunho, use os espaços disponíveis nas folhas de questões, mas só serão corrigidas as respostas marcadas na folha de respostas;
- 7 - O tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de provas é de **120 minutos**.
- 8 - Será eliminado sumariamente do processo seletivo/concurso e suas provas não serão levadas em consideração o candidato que:
 - a) der ou receber auxílio para a execução da Prova;
 - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - c) desprezar qualquer prescrição relativa à execução da Prova;
 - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim; e
 - e) cometer ato grave de indisciplina.
- 9 - Escreva e assine corretamente seu nome, coloque seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados;
 Instruções para o preenchimento da folha de respostas:
 - a) use caneta esferográfica azul ou preta de material transparente;
 - b) escreva seu nome em letra legível no local indicado;
 - c) assine seu nome no local indicado;
 - d) no campo inscrição DV, escreva seu número de inscrição nos retângulos, da esquerda para a direita, um dígito em cada retângulo. Escreva o dígito correspondente ao DV no último retângulo. Após, cubra todo o círculo correspondente a cada número. Não amasse, dobre ou rasgue a folha de respostas, sob pena de ser rejeitada pelo equipamento de leitura ótica que a corrigirá; e
 - e) só será permitida a troca de folha de respostas até o início da prova, por motivo de erro no preenchimento nos campos nome, assinatura e número de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato qualquer erro ou rasura na referida folha de respostas, após o início da prova.
- 10 - Preencha a folha com atenção de acordo com o exemplo abaixo:

Diretoria de Ensino da Marinha

Nome: **ROBERTO SILVA**

Assinatura: **Roberto Silva**

Instruções de Preenchimento

- Não rasure esta folha.
- Não rabisque nas áreas de respostas.
- Faça marcas sólidas nos círculos.
- Não use canetas que borrem o papel.

ERRADO: CORRETO:

PREENCHIMENTO DO CANDIDATO

INSCRIÇÃO										DV	P	G
5	7	0	2	0	7					0	2	4

PREENCHIMENTO DA DESEN

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

T A R J A

- 11 - Será autorizado ao candidato levar a prova faltando 30 minutos para o término do tempo previsto de realização do concurso. Ressalta-se que o caderno de prova levado pelo candidato é de preenchimento facultativo, e não será válido para fins de recursos ou avaliação.
- 12 - O candidato que não desejar levar a prova está autorizado a transcrever suas respostas, dentro do horário destinado à solução da prova, no modelo de gabarito impresso no fim destas instruções. É proibida a utilização de qualquer outro tipo de papel para anotação do gabarito.
- 13 - O modelo de gabarito somente poderá ser destacado PELO FISCAL e após a entrega definitiva da prova pelo candidato. Caso o modelo de gabarito seja destacado pelo candidato, este será eliminado.

ANOTE SEU GABARITO												PROVA DE COR												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50